

Desenvolvimento Territorial Sustentável: o desafio contemporâneo de romper o globalitarismo existente pela busca de novas alternativas de consumo local

Sustainable Territorial Development: the contemporary challenge of breaking the existing globalitarism through the Search of new local consumption alternatives

Luciana Galvão Martins¹
Renata de Fátima Tozetti²
Márcia Regina Ferreira³

Resumo

O presente artigo revisita a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil para discutir o desafio contemporâneo do consumo de alimentos saudáveis e de qualidade mediante a era da globalização e do uso de agrotóxicos. Problematicam-se o processo de globalização hegemônico, imposto pelo modelo de desenvolvimento capitalista, e os impactos desse mimetismo na saúde e qualidade de vida das pessoas de uma nação, apresentando dados alarmantes relacionados à obesidade no Brasil. Buscam-se autores no campo da economia para conceituar o que vem a ser o desenvolvimento de uma nação, rompendo com o pensamento economicista e avançando na busca de uma abordagem na qual pessoas e natureza possam de fato ser consideradas. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre temas como desenvolvimento, território, agroecologia, soberania alimentar e políticas públicas relacionadas, além de pesquisa em bases de dados secundárias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional do Câncer (INCA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde. Como resultado, percebe-se que é preciso repensar o território e o papel das políticas públicas [no âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável] fomentando iniciativas locais, as quais possam gerar processos de libertação e que rompam as práticas globalitaristas impostas em nossa sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável. Políticas Públicas. Soberania Alimentar.

Abstract

This paper aims to discuss the contemporary challenge of consuming healthy, high-quality food in an era of globalization and massive use of pesticides, through a review on the public policy for Nutrition and Food SafetySecurity in Brazil. Also, through the analysis of alarming data on obesity

¹ Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: lucianagmartins@gmail.com.

² Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: renazetti@hotmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: marciareginaufpr@hotmail.com.

in Brazil, to reflect upon the impacts of hegemonic globalization, dictated by the capitalist model of development, on the health and quality of life of a nation. Based on the concept of development of a nation in the field of Economics, this paper refutes the Economicist approach, focusing on a perspective in which people and Nature can really be taken into consideration. The methodology is based on bibliographic research in the fields of development, territory, agroecology, food sovereignty and public policies, along with database research on the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), INCA (National Cancer Institute), ANVISA (National Agency for Sanitary Vigilance), PAHO (Pan-American Health Organization), WHO (World Health Organization) and Brazilian Department of Health websites. As a whole, it is urgent to review the concept of territory and the role of public policy in Sustainable Territorial Development, taking local initiatives as a starting point, and the small farmer as the protagonist of the process of abandoning practices imposed by society.

Keywords: Territorial Sustainable Development. Public Policy. Food Sovereignty.

Introdução

Discutir sobre Soberania Alimentar na contemporaneidade torna-se um grande desafio a partir do momento em que se desmembram inúmeras possibilidades que geram o tema visto que envolve instituições públicas e grandes corporações alimentícias preocupadas com a produção em massa em um tempo cada vez menor. A Soberania Alimentar (SOBAL) é mais que a oferta, é a facilidade de acesso aos alimentos por parte da população via supermercados. Ousamos acrescentar a esta definição o fator informação e renda para se adquirir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Neste sentido, associa-se à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a concepção de Soberania Alimentar que ganha destaque, garantindo o direito à alimentação sem deixar de considerar a produção de alimentos (CAMPOS & CAMPOS, 2007).

Assim como ter o acesso à educação de qualidade e à garantia de permanência na escola são direitos subjetivos reconhecidos pela Constituição, ter uma alimentação saudável inclui-se neste bojo. Todo ser humano deve receber alimentação de qualidade, em quantidade suficiente para se manter nutrido e ter boa saúde. Partindo desta premissa, este artigo propõe uma reflexão acerca da imposição das atuais formas de consumo que desencadeiam doenças, vislumbrando a busca de alternativas locais a partir da valorização dos territórios e das diversas formas e estilos de vida que o compõem, reafirmando o direito das pessoas no suprimento de suas necessidades de acordo com

cada realidade local, no intuito de romper com a imposição verticalizada da democracia do mercado.

Esta temática nos surgiu a partir de algumas inquietações: Como um país “subdesenvolvido” ou em desenvolvimento como o Brasil pode chegar a dados tão preocupantes como 52,5% de pessoas acima do peso e 17,9% obesas? Diante do forte cenário contemporâneo imposto pelo agronegócio e pelas grandes indústrias alimentícias, como reverter o problema? Partindo dessa imposição hegemônica e globalizada do contexto atual e das novas formas de consumo, buscamos refletir sobre alternativas e possibilidades que levem em consideração as pessoas em seus próprios ambientes de vida na tentativa de “desalienar aqueles que tiveram seu território fragmentado tomado pelo poder e pelo dinheiro” (SANTOS, 2000).

As seções que seguem buscam tecer considerações sobre o engodo entre SAN e SOBAL, de forma a demonstrar que a garantia do direito de produzir no campo pode ser diferente da ditada pelo mercado do agronegócio e das grandes indústrias alimentícias. Para tal, além da introdução, este artigo está dividido em três partes: na primeira, apresenta-se uma breve definição sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar num contexto gerador de dimensões tidas como problema, buscando contextualizar historicamente os avanços da temática ao longo do tempo. Na segunda parte, a importância da qualidade dos alimentos ganha destaque, relacionando-a à perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável a partir de iniciativas locais. Por fim, precedendo à conclusão, discorre-se sobre a alimentação saudável e suas intersecções com a saúde, fazendo uma relação direta ao papel das políticas públicas relacionadas à SOBAL e ao fortalecimento do território.

Para desenvolver este trabalho foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre temas como desenvolvimento, território, agroecologia, soberania alimentar e políticas públicas relacionadas, além de pesquisa em base de dados secundários como o IBGE, INCA, ANVISA, OPAS, OMS e site do Ministério da Saúde, levantando dados para compor os números apresentados no capítulo três.

Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar: o contexto da revolução verde, fome, globalização e alimentos corporgânicos

Compreender a diferença entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar é fundamental, pois ambas imbricam-se em cenários complexos, tais como: Revolução Verde, fome, globalização e alimentos corporgânicos. Ainda que não seja nosso objetivo aprofundar o debate sobre tais dimensões, se faz necessário contextualizar para dar visibilidade à grandeza dos problemas apresentados e que influenciam diretamente no desenvolvimento de estratégias que busquem a efetividade da SAN no Brasil.

No século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, a preocupação com a fome começou a ser discutida e ganhar força em consequência da guerra, da crise do abastecimento e da consequente necessidade de fornecimento de alimentos às populações. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as economias ficaram afetadas e a questão da segurança alimentar começou a despertar atenção em termos de segurança nacional (SILVA, 2014).

Na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar das Nações, organizada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 1974, em Roma, foi discutida a “necessidade de modernização do setor agrícola, principalmente em países em desenvolvimento, capitaneada pelas inovações da indústria química, processo que passou a ser conhecido como Revolução Verde” (SILVA, 2014, p. 10). Este pensamento pretendia fomentar mudanças significativas da produção agrícola com a promessa do desaparecimento da fome e da desnutrição, contudo estimulou o emprego maciço de produtos químicos e agrotóxicos no setor agrícola (MALUF & MENEZES, 2000). Segundo Niemeyer (2009), o mercado de sementes está vinculado ao domínio de grãos e à concentração dos recursos produtivos da alimentação mundial, tendo seu início com a Revolução Verde nos anos 70. Acrescentam ainda estes autores que apesar da fome e da desnutrição serem “manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos a sua principal causa, outros aspectos precisam ser considerados” e estes dizem respeito à “qualidade dos alimentos e sua sanidade”, os alimentos precisam estar livres de produtos químicos sem prejudicar a saúde (MALUF & MENEZES, 2000, p.2).

Em 1992 com a realização da Conferência Internacional de Nutrição, o conceito de Segurança Alimentar passa a compor também o aspecto nutricional e sanitário, sendo mencionado como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Sendo assim:

dentro da ótica aqui definida, pode-se afirmar que a segurança alimentar está regida por determinados princípios. O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida (MALUF & MENEZES, 2000, p.3).

No ano de 1996, a FAO organizou a Cúpula Mundial da Alimentação. Ocasão em que foram aprovados uma Declaração e um Plano de Ação destinados a combater a fome no mundo, reafirmando o “direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome” (FAO, 1996).

A Via Campesina⁴ já esboçara a ideia de Soberania Alimentar, como sendo um “direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequado produzido através de métodos sustentáveis e seu direito a definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares”. Este conceito prioriza não somente a produção e consumo de alimentos locais, como também pretende garantir “os direitos de utilizar e gerir terras, territórios, águas, sementes, animais e da biodiversidade estão nas mãos daqueles que produzem setor de alimentos e não comerciais” (VIA CAMPESINA, 2016).

O tema Soberania Alimentar surgiu destas discussões sobre a Segurança Alimentar. De acordo com Paulino (2015), as promessas da segurança alimentar provocaram desapropriação do campesinato, aumento dos famintos, utilização do veneno e deterioração do solo. O conceito de Soberania Alimentar trata da produção, do consumo e da comercialização dos alimentos sem excluir

⁴Via Campesina é um movimento internacional que nasceu em 1993 por camponeses, pequenos e médios produtores, pessoas sem terra, povos indígenas, imigrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. O movimento se opõe ao agronegócio e defende a agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade (VIA CAMPESINA, 2016).

os camponeses. Santos (2013, p.2) ressalta que em “contraposição a esse modelo excludente é a soberania alimentar que de acordo com Via Campesina privilegia os produtores locais, pois estes a partir de suas produções movimentam a economia local”. Assim, a soberania alimentar se coloca como alternativa feita pelos próprios trabalhadores do campo.

No Fórum Mundial de Soberania Alimentar, na África, em 2007, a SOBAL ganhou mais corpo, avançando no propósito de renovar e fortalecer o seu conceito como ‘um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo’ (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2016).

Nas celebrações do Dia Mundial da Alimentação, em 2012, a FAO lançou o tema e um documento sob o título “Cooperativas Agrícolas: Chave para alimentar o mundo”, com o objetivo de divulgar o papel das cooperativas em relação à segurança alimentar. Neste documento, ressalta-se que “praticamente uma em cada sete pessoas sofre de desnutrição, mas o mundo tem os meios para eliminar a fome e promover o desenvolvimento sustentável” (FAO, 2012, p.3). A FAO aponta para a necessidade de melhor distribuição da produção alimentícia no mundo com o objetivo de evitar situações de vulnerabilidade de fome. Estima que o desperdício e perdas dos alimentos cheguem a 1,3 bilhão de toneladas por ano o que equivale a um terço da produção mundial de alimentos (ONU, 2016).

A alimentação está relacionada ao fato da manutenção da vida, dos nutrientes necessários para saúde do corpo (equilíbrio das quantidades de glicídios, lipídeos, proteína etc.), sendo “após a respiração e a ingestão de água, a mais básica das necessidades humanas” (CARNEIRO, 2005, p.1). Contudo a distribuição de alimentos se coloca de maneira muito desigual. Em países desenvolvidos, apesar da oferta de alimentos, o consumo nem sempre é com qualidade nutricional. Já nos países em desenvolvimento, a escassez de alimentos e de recursos ambientais e financeiros para obtê-los, ocasiona a fome e a desnutrição (MONDINI & MONTEIRO, 1994). Ou seja, quando pensamos na alimentação saudável precisamos refletir sobre a questão imposta pelo processo de globalização bem como implementar ações na localidade, pois de acordo com Caporal (2009) é preciso ter clareza acerca da produção de alimentos. Afinal, temos hoje grandes grupos conhecidos como “alimentos corporgânicos” que é um pequeno grupo de empresas transnacionais que estão

dominando o mercado de produção de alimentos orgânicos em busca de lucro imediato. Estas empresas transnacionais que trabalham com agricultura, embora atendam a requisitos sociais ou ambientais, não irão necessariamente trabalhar em uma perspectiva do enfoque agroecológico, no qual estaria inclusa a soberania alimentar. Ressaltamos que o conceito a partir do qual se discute agricultura familiar é baseado na corrente ecossocial⁵ (agricultura de base ecológica) para pensar nas possibilidades do desenvolvimento territorial sustentável.

Neste contexto, por meio de investimentos na agricultura, as políticas públicas voltadas para a SAN e SOBAL devem criar projetos que aproveitem os produtos existentes na localidade em que as pessoas moram, levando em consideração os hábitos alimentares desse povo e os alimentos nativos de cada região, promovendo “ações territorialmente sustentáveis, dotadas de representação social, cultural, política e econômica para os atores sociais envolvidos” (HAESBAERT, 2007).

Perspectivas para o desenvolvimento: a relação entre SOBAL, SAN e território sustentável a partir das iniciativas locais

O conceito de desenvolvimento, por muito tempo atrelado ao ideal de crescimento econômico, tem sido debatido de forma mais abrangente preocupando-se com a vida humana. Contudo, como afirma Sachs (2007, p. 292), “o desenvolvimento socioeconômico é um processo” que depende de “restrições impostas pelo meio ambiente natural” e pela história. Esta afirmação remete à ideia de dois sistemas que interagem, o *sistema natureza* e o *sistema sociedades*, abordadas por Raynault (2004, p. 13) como requisito para a “compreensão da realidade concreta”.

Por muito tempo, dentro do paradigma científico moderno, as interações e os processos foram deixados de lado e foram priorizadas abordagens lineares, focadas em indicadores somente econômicos ou somente físicos da natureza. Dentro desta abordagem, Zaoual (2006) apresenta uma

⁵Segundo Caporal (2009, p.10), o processo de ecologização da agricultura não necessariamente seguirá uma trajetória linear, podendo seguir distintas vias, mais próximas ou alinhadas com a corrente ecotecnocrática (modelo da Revolução Verde Verde, da Dupla Revolução Verde ou da Intensificação Verde) ou com a corrente ecossocial (agriculturas de base ecológica), havendo diferenças fundamentais entre as premissas ou bases teóricas que sustentam cada uma dessas correntes. E são essas diferenças que marcam os espaços de ação e de articulação dos distintos atores sociais comprometidos com uma ou com outra perspectiva.

crítica ao utilitarismo, ao conceito chave do *homo oeconomicus*⁶ e denuncia a necessidade de romper com o paradigma econômico hegemônico. Nesta perspectiva, o autor introduz a teoria da proximidade e do território, abordando uma visão interdisciplinar e cultural para discutir o conceito do *homo situs*⁷.

As identidades coletivas, mencionadas por Zaoual (2006), enfocam a noção de *homo situs* associada aos mundos simbólicos e morais dos homens as suas práticas cotidianas e traz à luz aspectos fundamentais da vida histórica, ambiental e cultural de sítios de pertencimento. O espaço pensado, na abordagem dos sítios, corresponde àquele em que o homem vive: um “lugar” com especificidades, levando em conta os sistemas de representação dos atores, homens que não reagem de maneira idêntica em todos os lugares (ZAOUAL, 2006). O comportamento, segundo autor, enraíza-se em um território considerando a multiplicidade do comportamento humano no campo invisível que é o sítio. Este espaço pensado é uma entidade imaterial que impregna um conjunto de vida em um dado meio nos quais “o homem, reconciliado consigo mesmo, assegura concretamente um equilíbrio situado em conformidade com seu meio social e ecológico” (ZAOUAL, 2010, p.26).

A discussão sobre desenvolvimento deveria visar à ampliação do conceito econômico e não aferir o crescimento da economia somente através do Produto Nacional Bruto (PNB). Poderia ser enriquecido com indicadores mais amplos como: educação, longevidade e saúde, resultando no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/ONU), capital humano e capital social, como assevera o economista indiano Amartya Sen (2000) com base na teoria do bem-estar social. Zaoual (2003), corrobora com Sen sobre a crítica ao desenvolvimento concebido como simples sistema econômico autossustentado. Para o autor, o desenvolvimento proposto não se enraíza nos meios sociais interessados o que recoloca a questão de um reducionismo científico, ressaltando que “as ciências ocidentais têm contribuindo para a destruição de numerosas populações ao impor modelos de progresso e de organização social inadequados à grande diversidade das situações concretas” (ZAOUAL, 2003, p.48-49).

Na busca por novos valores e atitudes em relação ao meio ambiente, a sociedade contemporânea passou a reconhecer a existência de uma crise ambiental que se contradiz com o

⁶Segundo, Zaoual (2010, p.14) é o “homem fictício que a economia criou para si mesma a fim de justificar seu projeto científico”, um homem com um comportamento limitado voltado para a produção e o consumo.

⁷O homem concreto em seu espaço vivido pelos atores em função do contexto da ação onde se desdobra (ZAOUAL, 2006, p.34).

próprio modelo civilizatório em que se vive. Este “modelo de desenvolvimento” baseado na reprodução de padrões de vida dos países desenvolvidos, começou provocar efeitos negativos graves aos ecossistemas, surgindo então, manifestações e movimentos por todo o mundo que refletiam a consciência dos povos sobre os perigos que a humanidade está correndo ao afetar de forma devastadora o “meio” ambiente.

Surgem então, em meio à crise socioambiental estratégias de ecodesenvolvimento que necessitam de novos modos de produção e de reinvenção de estilos de vida potencializando ecologicamente diferentes regiões. Na década de 1980, o economista polonês Ignacy Sachs apresenta aos países em desenvolvimento a preocupação de melhor conceituar desenvolvimento, visto que as comunidades são diferentes, daí a não imposição de modelos econômicos de vida (mimetismo). O conceito de ecodesenvolvimento nasce da vontade, segundo Sachs, de atingir um equilíbrio entre o homem e a natureza, tendo como premissa a eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (SACHS, 1986).

Vieira (2002) argumenta que estratégias de ecodesenvolvimento constituem “experimentações locais ou traduzem objetivos globais, exigindo para tanto uma concepção inovadora de educação nos níveis formal e informal de ensino”. Para este autor, o conceito de ecodesenvolvimento trata-se de uma construção intelectual de alta densidade teórica, associando “inovações no plano das teorias empíricas e normativas do desenvolvimento e no plano da criação de tecnologias sociais (organização institucional, planejamento estratégico, pedagogia comunitária)”. Desta forma, a integração interdisciplinar do conhecimento científico é determinante sobre a estrutura e a dinâmica evolutiva dos sistemas socioambientais.

Com base nas estratégias de desenvolvimento propostas pelos dois autores que postulam desenvolvimento alternativo e humano, eles rompem com o pensamento focado apenas no crescimento econômico conforme imposições do modelo capitalista industrial. Destaca-se também a abordagem de Sen (2010, p. 43):

a principal esperança de harmonia no mundo contemporâneo se encontra na pluralidade de nossas identidades, que se cruzam umas com as outras e agem contra as divisões rígidas em torno de uma linha única e endurecida da divisão impenetrável. Nossa humanidade compartilhada é desafiada brutalmente quando o confronto é unificado num só suposto sistema dominante de classificações; isso é

muito mais decisivo do que o universo de categorizações plurais e diversas que dão forma ao mundo no qual vivemos. A diversidade plural pode ser muito unificadora, de forma que um sistema único de divisões predominantes não é.

A ideia desenvolvimentista de que a qualidade de vida dependia unicamente do avanço da ciência e da tecnologia (pensamento único de uma forma dominante ou globalitarismo⁸), junto a estas crenças, a força e o poder dos grandes empreendimentos transnacionais tornaram o meio ambiente e os recursos naturais capazes de influenciar fortemente as decisões que as políticas de governança e comunidades deveriam tomar, principalmente quando envolvem o uso de tais recursos. Neste viés, surge a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, tendo como referência a LOSAN – Lei Orgânica para Segurança Alimentar e Nutricional, criada pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que possibilitou a instauração do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar, com o objetivo de estabelecer uma rede nacional capaz de garantir a tão almejada segurança alimentar e nutricional.

O Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir de 2003, implanta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a finalidade de “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003). Desta maneira, o PAA torna-se parte da estratégia para promover a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar, ou seja, visa estimular a aquisição direta dos produtores.

Nesta perspectiva, ainda na agenda nacional em relação à segurança alimentar nutricional, algumas iniciativas governamentais tais como a Estratégia Fome Zero, fizeram com que o Brasil fosse reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura em 2014, como um país que saiu do mapa da Fome (FAO, 2014):

Segundo esses estudos, entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Em um horizonte mais amplo, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%. Em relação ao estado nutricional, a

⁸ Termo cunhado por Milton Santos (2000), para expressar a emergência de novos totalitarismos que o permitiu pensar numa época de globalitarismo muito mais marcante de globalização.

prevalência de déficit de altura em crianças menores de cinco anos de idade caiu praticamente à metade entre 1996 e 2006 - de 13,4% para 6,7%. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE em 2004 e em 2009, revelou uma diminuição em 25% da insegurança alimentar grave no período. Os avanços no combate à fome e pobreza decorrem, na análise apresentada no Relatório da FAO, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero, à recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Consea, à institucionalização da política de SAN e à implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola (FAO, 2014, p. 6).

Os avanços oriundos das políticas públicas citadas acima mostram novas pistas de desenvolvimento baseadas no percurso histórico vivenciado pelo país e na superação de projetos, programas e estratégias antes extintos e/ou reformulados, a partir das ações articuladas entre os distintos atores (agricultores, comunidades, empresas ou instituições). Para Schneider (2009, p. 47), a diversidade e heterogeneidade social e econômica dos territórios galgam “caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao próprio desenvolvimento”.

A agricultura influenciada pelas leis que regem aspectos da produção econômica, segundo Santos (2000, p. 88-89) “agricultura científica globalizada” com “elevado exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas” e alta demanda de bens científicos (inseticidas, fertilizantes) impõem uma obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas. Contudo, a partir dos princípios da agroecologia urge procurar táticas de desenvolvimento de agriculturas mais sustentáveis, reorientando estratégias de ensino e de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, “numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas” (CAPORAL, 2009, p.2).

Caporal (2009, p.9) apresenta a agroecologia como um campo de estudos que aspira ao manejo ecológico dos recursos naturais mediante o controle de forças produtivas que estanquem formas degradantes da natureza e da sociedade em prol da dimensão local, com conhecimentos e saberes que potencializem a biodiversidade ecológica. Por fim, seus princípios “passariam a contribuir para o estabelecimento de um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou agriculturas mais sustentáveis”.

O conceito de SOBAL ganha importância no sentido de garantir uma agricultura que produza alimentos de qualidade biológica sem contaminantes e que sejam acessíveis a todos os

cidadãos, indicando a necessidade de ações e formas de produção que garantam a continuidade e produção de alimentos para as próximas gerações, ou seja, “as estratégias de desenvolvimento rural devem priorizar o aumento crescente da oferta de alimentos, mas comida de boa qualidade” (CAPORAL, 2009, p.16).

Na mesma linha de pensamento os geógrafos Milton Santos e Marcos Aurélio Saquet asseveram que o território é a condição de processos de desenvolvimento. Desta forma, “o papel das finanças na reestruturação do espaço geográfico, prevê que o dinheiro usurpa em seu favor as perspectivas de fluidez do território, buscando conformar sob seu comando as outras atividades”. Neste movimento, tudo que existia anteriormente à instalação destas empresas hegemônicas é “convidado”, (e aí, destacamos a palavra em aspas), a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive quebra da solidariedade social e a fragmentação do território (SANTOS, 2000, p. 85).

Parafraseando Santos (2000, p. 96), o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e/ou criados pelo homem. O território é o chão e a população que nele habita. É identidade, é sentimento de pertencimento àquilo que nos pertence, base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida. Desta forma, o desenvolvimento quer econômico, político, cultural, ambiental ou social está diretamente relacionado ao desenvolvimento territorial sustentável e, sobretudo, humano. Ou seja, uma economia em que as pessoas estejam em primeiro lugar (SACHS, 1986, 2007; SEN, 2000; SANTOS, 2000; ZAOUAL, 2003, 2006, 2010). Tais abordagens apontam para uma economia plural do desenvolvimento cujo objetivo é a superação do economicismo com foco na valorização do território e das iniciativas locais, opondo-se ao agir hegemônicos que acompanha a globalização, ou o globalitarismo, como bem destacou Milton Santos.

Alimentação sustentável e suas intersecções com a saúde: a importância das políticas públicas dentro de uma perspectiva ampliada

Ao discorrer sobre o referido tema, verificamos na literatura inúmeras pesquisas em Saúde alertando sobre a necessidade de voltar às atenções ao problema global *obesidade* considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006) uma epidemia mundial na sociedade contemporânea. O Brasil, apesar de ser um país em desenvolvimento, herdou do capitalismo industrial o modo de vida consumista e hábitos alimentares nada saudáveis e passou para uma condição de transição nutricional, substituindo a desnutrição pela obesidade.

Os dados referentes à obesidade destacados neste artigo foram extraídos em sua maioria das seguintes fontes secundárias: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) referente aos anos 2008-2009, divulgou que o peso dos brasileiros, nos últimos anos, vem aumentando, tendo como resultado a diminuição da desnutrição e o aumento da obesidade em crianças. Segundo o IBGE, o sobrepeso atinge mais de 30% das crianças entre 5 e 9 anos de idade, cerca de 20% da população entre 10 e 19 anos e nada menos que 48% das mulheres e 50,1% dos homens acima de 20 anos. Além do IBGE, o Ministério da Saúde, através do SUS, organiza pesquisa por inquérito telefônico, a qual vigia os fatores de risco e proteção para doenças crônicas. A pesquisa intitulada VIGITEL, em sua última edição de abril de 2014, apontou que cresce o número de pessoas com excesso de peso no país, pois 52,5% dos(as) brasileiros(as) encontram-se acima do peso e 17,9% obesos, com fator de risco para doenças crônicas como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer (Gráfico 1).

Aumento de 23% nos últimos nove anos

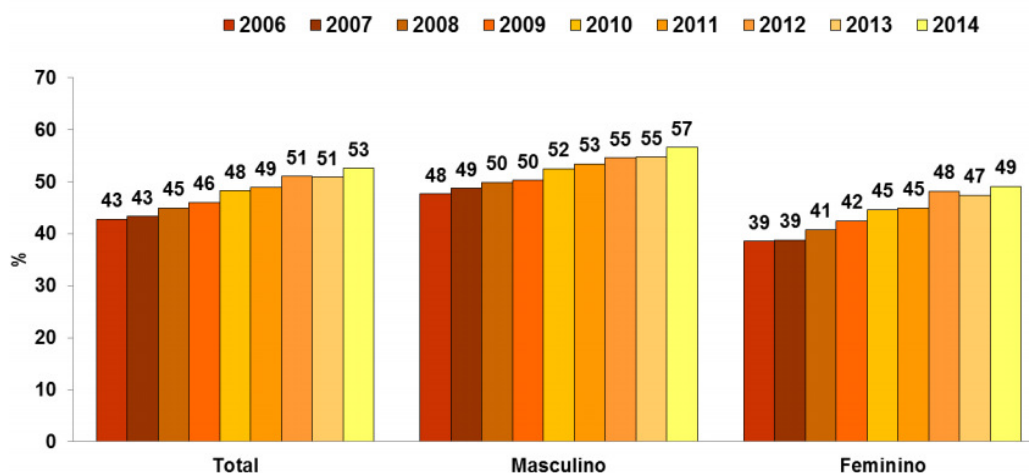


GRÁFICO1 – EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA DE EXCESSO DE PESO
 FONTE: Vigitel - Ministério da Saúde (2014)

No caso das crianças que estão em fase de crescimento, a atenção deve ser redobrada, pois necessitam de alimentação adequada e de boa qualidade para se desenvolverem física e intelectualmente e terem um melhor aprendizado. Esta condição é direito de todo ser humano, previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição Federal. Verifica-se que a obesidade vem apresentando alarmantes números de crescimento, afetando o desenvolvimento de adultos e crianças que acabam se tornando obesos no futuro o que gera despesas à saúde pública.

Inquietações como esta, levantadas por pesquisadores comprometidos com este problema social apontam, aos diferentes atores sociais engajados com a causa, a necessidade de abrir a temática para um diálogo democrático e instigante, que não se cala diante das determinações dos governos ou dos conflitos de interesse entre os poderes público e privado, conforme divulgado no 16º Congresso Mundial de Ciência e Tecnologia de Alimentos, realizado em agosto de 2012 no Brasil, em que o debate sobre segurança dos alimentos processados pela indústria foi tema de discussão.

Neste ponto cabem as palavras de Milton Santos (2000, p.83) de que:

Hoje, vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da

informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial exerce no imaginário e na ideologia como se um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes tem a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade.

Neste sentido, as discussões sobre o papel da alimentação no mundo a partir dos questionamentos contemporâneos harmonizam-se com especialistas da área da saúde. Poulain (2013, p. 104) destaca que o primeiro ponto de vista sobre a investigação sociológica da obesidade aceita a “posição epistemológica da epidemiologia e estuda os vínculos entre o desenvolvimento dessa patologia socialmente diversificada e alguns fenômenos sociais: evolução dos modos de vida, transformações das práticas alimentares”. O discurso médico sobre a obesidade também é destacado pelo autor com grande preocupação sobre articulação de ações educacionais e de prevenção através das políticas públicas de educação e saúde, no sentido de enfrentamento da epidemia social chamada obesidade.

A questão sobre alimentação saudável assim como mudança de comportamento em relação ao consumo são temas discutidos por pessoas que se inquietaram com todo o processo de produção, comercialização e marketing dos alimentos e decidiram denunciar que é necessário olhar para a agricultura, entender como ela funciona e posicionar-se a favor de novas práticas, pois a atenção ao que se come pode ter um grande impacto no cotidiano (saúde) de cada pessoa e também no futuro do planeta (KINGSOLVER, 2008).

De acordo com a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, o documento intitulado *Guia Alimentar para a População Brasileira*, na sua versão 2014, aponta para a implementação de diretriz rumo a uma alimentação saudável e adequada, suporte à Política Nacional de Alimentação e Nutrição. O documento aponta estratégias voltadas à realização de práticas alimentares apropriadas, devendo ser implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, instituição que através da história da saúde do país ajudou a concretizar o SUS no país, apresenta, em maio de 2014 logo após sua publicação, uma revisão do Guia Alimentar citado acima, propondo uma reflexão articulada e aberta ao diálogo entre as instituições, os movimentos sociais, as pessoas e os profissionais acerca do fato de que a nova classificação de alimentos, segundo o grau de processamento e não a partir da

composição nutricional, assume um recorte político estratégico das grandes indústrias alimentícias, financiadoras do incentivo ao consumo global de produtos ultraprocessados e que trazem grandes riscos à saúde.

Ainda neste sentido, a ABRASCO, visando alertar as autoridades públicas e a sociedade em geral para a necessidade de políticas que protejam e promovam a saúde humana e os ecossistemas, lançou o *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Este lançamento foi durante eventos relacionados a esta temática realizados em 2012, no World Nutrition Congress, na Cúpula dos Povos Rio+20 por Justiça Social e Ambiental e no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Abrasco. Este documento se desdobra sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde e informa que 70% dos alimentos in natura que consumimos no Brasil, 70% estão contaminados por agrotóxicos. E ainda que, 28% contêm substâncias nocivas não autorizadas, e mais da metade deles foram banidos dos Estados Unidos e de países da União Europeia.

Segundo o INCA, os brasileiros consomem cerca de cinco litros de veneno a cada ano. Ressalta também que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil o tornou um dos primeiros países que mais utilizam agrotóxicos, já que sementes geneticamente modificadas exigem uso de produtos agrotóxicos, como os processados pela indústria de biscoitos, salgadinhos, pães, cereais, lasanhas e outros que têm como ingredientes trigo, milho e soja (INCA, 2016). Desde 2008, o Brasil é um dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo. Nos últimos dez anos o mercado mundial cresceu 93% e, no Brasil, o crescimento foi de 190% (ANVISA, 2016).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), representação da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas, em fevereiro de 2016, publicou critérios para a classificação de alimentos processados e ultraprocessados. O objetivo desta publicação é uma possível alteração do que seriam as quantidades que extrapolam as necessidades humanas em relação ao sal, ao açúcar e à gordura em produtos industrializados, além de fornecer orientações aos Estados-membros para que estes implementem políticas públicas de incentivo à alimentação saudável (ONU BRASIL, 2016). Com isto, os consultores envolvidos na elaboração deste documento receberam a incumbência de planejar e implementar estratégias de prevenção, controle da obesidade e do sobrepeso através de um modelo de perfil nutricional para a Organização Pan-Americana da Saúde contendo:

restrição da promoção e publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis para crianças; regulamentação da alimentação escolar (programas de alimentação e venda de alimentos e bebidas nas escolas); uso de rótulos de advertência na parte frontal das embalagens (PFE); definição de políticas de tributação para limitar o consumo de alimentos não saudáveis; avaliação de subsídios agrícolas; seleção de alimentos a serem fornecidos a grupos vulneráveis por programas sociais (OPAS, 2016, p. 10).

Trata-se também de um alerta da prevalência de obesidade e sobrepeso nas Américas, visto que nestas a obesidade atinge 62% em adultos com mais de 20 anos, atingindo o maior índice em todas as regiões da OMS. O relatório indica uma grande tendência de substituição de alimentos não processados e de pratos feitos na hora por alimentos ultraprocessados, justificando que a “contribuição relativa dos produtos ultraprocessados para o consumo energético total das famílias aumentou de 19% para 32% no Brasil entre 1987 e 2008” (OPAS, 2016, p. 12). A OPAS pretende que os critérios demonstrados poderão ser aplicados e ajudar os países a elaborar regulações efetivas e, conseqüentemente, determinar quais alimentos poderão ser servidos nas escolas; criação de impostos diferentes para alimentos processados e não saudáveis incentivando a produção de alimentos frescos bem como remanejar subsídios para a agricultura.

Neste viés, o Ministério da Saúde busca parcerias com a Educação em todo o território nacional com o objetivo de traçar estratégias e ações para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), no período compreendido entre 2011 a 2022, no intuito de conter a epidemia chamada obesidade que gera altos custos à saúde pública do país. O objetivo principal é levar informação à população, divulgar entre estudantes da rede pública de ensino, alertar para os riscos das propagandas indutivas direcionadas ao público infanto-juvenil, conforme destacado acima pela intervenção da ABRASCO, além de incentivar as pessoas a fazerem atividades físicas e a terem hábitos alimentares saudáveis quer no âmbito domiciliar e fora dele.

Para alcançar a soberania alimentar, resolvendo/minimizando o problema da fome ou da qualidade dos alimentos, o país precisa propor medidas para reverter os processos de destruição de recursos naturais estimulando agriculturas mais sustentáveis. São imprescindíveis “políticas e estratégias que estimulem a produção sustentável, a distribuição e o consumo de alimentos no sentido de atender o direito à alimentação de toda a população, respeitando as múltiplas

características culturais e hábitos alimentares do nosso povo”, além de “não deixar de mencionar a necessidade de mudanças estruturais, entre as quais destaca-se uma radical, profunda e qualificada reforma agrária e um foco expressivo no suporte aos agricultores familiares” (CAPORAL, 2009, p. 17-18).

Dentro da perspectiva global e dos impactos da mercantilização dos produtos/alimentos, voltados ao lucro e sem preocupação com a alimentação saudável é imprescindível que se avance, em termos de legislação, tendo em vista as consequências para a saúde que o consumo de alimentos oferecidos no mercado hegemônico traz à saúde da população. Em relação à qualidade de vida e cidadania, Barbosa (1995) apresenta dados sobre doenças originadas nas grandes cidades como São Paulo, em consequências do excesso de poluidores atmosféricos e como essa relação entre trabalho e impactos socioambientais implicam diretamente via de mão-dupla entre saúde/doença e em síntese, na qualidade de vida das pessoas.

De acordo com a autora, “o que está imbricado na temática da discussão de ambiente e qualidade de vida, é a questão da cidadania, principalmente quando se trata de um ambiente transformado, de uma estrutura sociocultural deteriorada, de carências básicas não resolvidas” (BARBOSA, 1995, p. 206). Neste sentido, a alimentação ou a má qualidade dos alimentos discutidos pela autora, nos faz refletir sobre a necessidade de mapeamentos da realidade local, de incentivo às formas de política participativa e do gerenciamento dos problemas existentes, estimulando a participação coletiva e refletindo sobre o tipo de sociedade que queremos: se a de reprodução daquilo que nos é imposto, ou a libertação das amarras hegemônicas e ditatoriais do mercado.

Conclusão

A busca por caminhos para o futuro, considerando a Soberania Alimentar como ideia guia para o desenvolvimento de uma consciência que mobilize a sociedade de maneira crítica em relação à necessidade de ingestão de alimentos saudáveis demonstra a importância da discussão em pauta. Refletir sobre o consumo, sobre o poder hegemônico exercido pelos grandes modelos agroindustriais relacionados à alimentação de toda uma nação faz com que o processo de

globalização resulte em uma sociedade com 52,5% das pessoas acima do peso. Esta é apenas a ponta do iceberg. Acrescentam-se doenças como: hipertensão, diabetes e até mesmo o câncer. Ou seja, não se trata apenas de obesidade, mas de todos os demais fatores de risco à saúde e perda da qualidade de vida, associados à questão do consumo e da alimentação.

A agricultura em escala oriundas de produtos resultantes do uso de fertilizantes ou venenos nocivos a nossa saúde nos faz questionarmos os modelos de alimentos que encontramos nos supermercados. A venda de produtos padronizados em tamanho e cor descartam os pequenos e médios produtores que não se encaixam em tais formas de comercialização. Será que estes alimentos podem ser realmente considerados nutritivos?

O consumo de alimentos orgânicos, sem utilização de agrotóxicos, é a mais viável alternativa para a promoção da saúde da população, proteção à natureza e geração de qualidade de vida. No entanto, faltam informação e acesso da população ao alimento de qualidade, livre de produtos químicos que geram doenças. Dentro deste contexto, pensar o território é pensar o papel das políticas públicas como imprescindível no sentido de oportunizar condições aos países em desenvolvimento para que atendam a necessidade de alimentar a população da melhor maneira possível, sem favorecimento ao sistema capitalista que permite às grandes indústrias alimentícias sua expansão e incentivo ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados.

Acreditamos que o papel do pequeno agricultor é fundamental neste processo e que ações locais devam ser valorizadas e aproveitadas, como é o caso da agricultura familiar, podendo estabelecer parcerias com as administrações municipais para garantir alimentos de boa qualidade na alimentação de comunidades como temos observado nos programas de aquisição de alimentos.

A Soberania Alimentar se coloca como um conceito para melhorar os modos de vida e da dignidade das pessoas, tanto para quem compra como em benefício da natureza e do desenvolvimento territorial sustentável. Precisamos ter sempre em mente que o território exerce um papel ativo, já que ele é simultaneamente ator (agente) e palco (lugar), onde se constrói a vida. Desta forma, precisamos estar atentos ao processo de globalização e à introdução de novas marcas e produtos em nosso cotidiano, bem como por em prática nossa capacidade de pensar alternativas locais de produção e consumo que rompam com o globalitarismo existente.

O Brasil está se alimentando mais, mas de que forma? Bem ou mal? Um novo desafio se impõe nos dias de hoje: descascar mais e desembalar menos.

Referências

ABRASCO. **Contribuições do GT alimentação e nutrição em saúde coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva à revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira.** 2014. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site>>. Acesso em: 13 set. 2015.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. SEMINÁRIO MERCADO DE AGROTÓXICOS E REGULAÇÃO, 2., 2012, Brasília. **Anais...** Brasília. 2012. Disponível em: <www.portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: VIEIRA, P. F.; HOGAN, D. J. (Orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 17/06/ 2016.

CAMPOS C. S. S. CAMPOS R. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** 2007; v. XI, n. 245. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: questões & debates**, Curitiba, n. 42, p.71-80, 2005.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar**. Nyéléni, Selingue, Malí. 2007. Disponível em: <www.nyeleni.org>. Acesso em: 13 abr. 2016.

FAO. **Cooperativas Agrícolas Alimentam O Mundo. Dia Mundial da Alimentação**. 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/WFD2012.pdf>>. Acessado em: 15 abr. 2016.

_____. **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil (SOFI): um retrato multidimensional. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva a cerca dos agrotóxicos**. Disponível em: <www.inca.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2016.

KINGSOLVER, B. **O mundo é o que você come**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno ‘Segurança Alimentar’**. Rio de Janeiro: Embrapa, 2002. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de atenção básica: obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C.A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 6. 1994.

NIEMEYER, C. B. Soberania alimentar: a resposta camponesa à agricultura transgênica. CONFERÊNCIA ANUAL. THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CRITICAL REALISM/IACR, 12., 2009. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2009.

OMS. Obesidad y sobrepeso. **World Health Organization**, january 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

ONU BRASIL. **OMS define novos parâmetros para alimentos processados que têm açúcar, sal ou gordura em excesso.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-define-novos-parametros-para-alimentos-processados-que-tem-acucar-sal-ou-gordura-em-excesso/>>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

PAULINO, E. **Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR).** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q_AaA1AiKMY>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação:** os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC, 2013.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** n.10, p.21-32.jul/dez, 2004.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto: campo-território. **Revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr. 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, R. M. A soberania alimentar e a produção camponesa como negação da fome na velha/nova ordem do capital. **I Simpósio De Geografia Agrária e XI Semana De Geografia Da UESB**, Salvador, 2013.

SCHNEIDER, S. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território:** revista de geografia agrária, v.4, n.7, p. 24-62, fev. 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

UNESCO. Ensino de ciências: o futuro em risco. Série Debates VI. **Edições UNESCO**, maio de 2005.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

VIEIRA, P. F. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil. In: **Tecnologia e cidadania**. Oitavo Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú, 30-31 de outubro de 2002.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

_____. O homo situs e sua perspectiva paradigmática. **OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 13-39, 2010.

Artigo recebido em 14/05/2016. Aceito para publicação em 06/07/2016.